

# Plano de Restauo da Natureza e depósito com reembolso marcarão 2026

written by O Cidadão | 26 de Dezembro, 2025



O **Plano Nacional de Restauo da Natureza** e a entrada em funcionamento do **sistema de depósito de embalagens com reembolso** serão alguns dos temas a marcar o próximo ano na área ambiental, considera a associação ambientalista **Zero**.

Num comunicado no qual faz um balanço do ano de 2025 a associação ambientalista aponta também aqueles que considera serem os momentos críticos de 2026 para o ambiente em Portugal, destacando a **finalização e submissão à Comissão Europeia do plano de restauo**, cuja entrega deve acontecer no primeiro dia de setembro.

Tal implica, sustenta a Zero, o desenho *“de incentivos financeiros robustos que mobilizem os proprietários privados, detentores da esmagadora maioria do território rústico nacional e sem os quais qualquer estratégia de restauo*

***terrestre estará condenada ao papel”.***

No domínio marítimo será também necessário ter áreas de proteção estrita, para permitir o **restauro de ecossistemas**, avisa a Zero.

A associação recorda que, após quatro anos de atraso, em abril de 2026 deve ser **lançado o sistema de depósito e reembolso para embalagens de bebidas de plástico e metal**. E diz que estes sistemas permitem taxas de recolha muito elevadas.

O próximo ano deverá ser também de **atualização do Roteiro para a Neutralidade Climática e da Estratégia Industrial Verde**, prevista na Lei de Bases do Clima e ainda por criar, preconiza a Zero, que recorda que **Portugal tem até 31 de julho de 2026 para transpor a diretiva do Direito à Reparação**.

O ano que agora termina foi marcado, segundo a associação, pela **“corrida para o abismo do business as usual”** da União Europeia, aprovando uma agenda de simplificação que é antes uma agenda de desregulamentação.

Entende a Zero que factos ambientalmente positivos que marcaram o ano foram a entrada em vigor do **Tratado do Alto Mar**, a criação da área de emissões controladas do Atlântico Nordeste pela Organização Marítima Internacional ou a implementação por vários municípios de sistemas de recolha e gestão de resíduos urbanos de alta eficiência, e a criação da Rede Lusófona para o Clima.

Como fatores negativos, entre outros, a **falta de eficácia na resolução do problema dos resíduos urbanos e a inércia das políticas de conservação da natureza em Portugal**, exemplificada na falta de um **Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados**, bem como os atrasos recorrentes na execução da Lei de Bases do Clima.

OC/MP